

A INFLAÇÃO EM GERAL E NO BRASIL

Ten Cel Eng (QEMA)
DARINO CASTRO REBELO

"Quando os preços sobem muito aceleradamente, torna-se claro, até mesmo aos que não são especuladores, que é loucura conservar dinheiro durante qualquer período de tempo."

KENNETH E. BOULDING.

1. INTRODUÇÃO

A inflação é um fenômeno econômico de aumento geral e cumulativo de preços. Diz-se geral, porque envolve toda a economia e não apenas alguns setores e, cumulativo, porque o aumento é progressivo, não se verificando de uma vez, como sucede numa elevação geral de impostos. Habitualmente, a inflação significa apenas uma tendência ascendente dos preços. Pela definição keynesiana, a inflação não é mais do que um excesso de procura agregada sobre a oferta global, em condições de pleno emprego, isto é, quando a quase totalidade em condições de pleno emprego, isto é, quando a quase totalidade dos trabalhadores está empregada. Muitos economistas julgam não ser a inflação de geração espontânea, preferindo aceitar como causa "um excesso de procura sobre os recursos normais de que dispõe uma economia".

O Professor Eugênio Gudim conceitua a inflação como um estado de coisas em que há mais dinheiro do que mercadorias e serviços para serem comprados e que, da disputa, então verificada, entre muito dinheiro querendo comprar e pouca mercadoria para ser vendida, resulta evidentemente uma alta de preços. Esta alta de preços decorre: primeiro, da oferta excessiva de dinheiro em relação às mercadorias e, segundo, da procura adicional determinada pela perspectiva de preços cada vez mais elevados. "O consumidor procura comprar antes que os preços subam mais e os negociantes procuram abastecer-se hoje para vender mais caro amanhã."

Várias teorias tentam explicar o fenômeno inflacionário. Para uns economistas a inflação resulta de um incremento de fluxo monetário (moeda manual e moeda bancária) mais rápido que o do fluxo real de bens e serviços produzidos. Por isso os adeptos desta corrente, chamados monetaristas, costumam dizer que a "inflação

se caracteriza por uma grande quantidade de moeda perseguindo pequena quantidade de mercadorias". Para outros, a inflação decorre de uma procura global de bens e serviços superior à oferta, enquanto outros acham a inflação como a tentativa dos diversos grupos sociais de obterem parcelas do produto nacional que, somadas, ultrapassam o total atualmente produzidas.

Para os monetaristas, a moeda comporta-se como medida de valores. Subindo os preços por efeito de maiores compras, ela registra a alta, perdendo parte de seu valor, porque precisa-se de mais dinheiro para comprar a mesma quantidade de mercadoria — o poder de compra do dinheiro diminui pelo aumento dos preços, elevando, dêste modo, o custo de vida.

2. OS MALES DA INFLAÇÃO

O processo inflacionário apresenta inúmeros inconvenientes. Entre eles são citados a redução do poder aquisitivo das classes de rendimentos fixos, o encorajamento de investimentos especulativos, o desestímulo às exportações e as dificuldades trazidas aos cálculos econômicos dos preços reais. Dois são os sinais de perigo que revelam ter a inflação progredido demasiado:

— O aparecimento de uma espiral salário-preço. Experimentando o custo de vida uma rápida elevação, os trabalhadores passam a lutar por salários mais altos. No entanto, os grandes aumentos de salários provocam custos mais elevados e, conseqüentemente, determinam novos aumentos de preços, mantendo-se a economia, dêste modo, dentro de um círculo vicioso, o que termina por gerar a insatisfação social.

— A desconfiança em relação à moeda. Perdida a confiança da moeda, pela redução constante de seu poder de compra, ninguém mais quer ter em mãos o dinheiro. Procura-se melhor aplicação em depósitos bancários, e passa-se a desfazer dos títulos públicos com que se enfraquece toda a estrutura financeira do país.

Os males de uma inflação não se restringem ao campo da economia interna, afetam também a situação internacional do país. A alta progressiva dos preços provoca a fuga de dinheiro para o exterior e desestimula as exportações. Os preços dos artigos nacionais tendem a crescer, enquanto as importações de países de preços estáveis tendem a aumentar. Caindo as exportações, a única forma de evitar o desequilíbrio do balanço de pagamentos é a desvalorização da moeda, isto é, a redução da taxa de câmbio (um dólar passará a valer mais cruzeiros), na mesma rapidez, ou mais rapidamente ainda, que a alta dos preços. Mas uma taxa de câmbio deteriorada estimula a exportação de capital, ficando o

governo no seguinte dilema: se permitir a queda da taxa de câmbio, os capitais tendem a emigrar; se mantiver a mesma taxa, o país exportará menos e importará mais, criando dificuldades para o ajuste da balança de pagamentos.

3. TIPOS DE INFLAÇÃO

Os economistas costumam classificar, entre outros, os seguintes tipos de inflação:

— *Inflação aberta* — Quando o excesso da procura global sobre a oferta global se manifesta sob a forma de uma elevação cumulativa de preços. A pressão inflacionária resulta, especialmente, do procedimento de compradores e vendedores. Os primeiros passam a comprar mais, intensificando a tensão relativa à procura, enquanto os segundos passam a estocar mercadorias (o que diminui a oferta) e a calcular seus preços de venda, não mais em decorrência do custo efetivo, mas sim, de um custo futuro, estimado, quase sempre exagerado. O sopro inflacionário ainda aumenta mais pelo clima psicológico que se forma, sensível à inflação. Mantida a aceleração dos preços, a inflação atinge o seu paroxismo na forma de inflação galopante ou hiperinflação, transformando-se na concepção do Dr. Abs, economista alemão, em uma verdadeira septicemia. Era a situação da Alemanha em 1923, quando os salários eram fixados semanalmente, em função dos preços estimados para a semana seguinte, e reajustados retrospectivamente, em decorrência da alta que se verificasse efetivamente. O Brasil viveu o clima de inflação aberta na época do "encilhamento".

— *Inflação latente ou reprimida* — Quando o aumento de preços é obstado por medidas especiais, como o racionamento, tabelamento de preços, política de equilíbrio orçamentário e controle do câmbio. Neste caso, convém observar que a política de combate à inflação não leva ao seu desaparecimento. A inflação continua "latente", embora sem alta violenta de preços, mas com procura ainda excessiva. O retorno a uma situação normal só poderá efetuar-se progressivamente e só não será perigosa se for eliminada a mentalidade de expectativa de fim dos controles dos preços. Era o clima da Inglaterra após o término da II Grande Guerra, e do Brasil, atualmente.

— *Inflação conjuntural* — Quando aparece durante as expansões cíclicas. Resulta da pressão sobre uma fase de prosperidade da economia, gerando uma crise, seguida de depressão, quando inexistem controles econômicos eficientes. É também chamada de inflação histórica.

— *Inflação estrutural* — É provocada por circunstâncias lentamente modificáveis (estrutura demográfica) ou por fatores institucionais (políticos e econômicos) que acarretam inadequações entre os fluxos monetários e os fluxos de bens e serviços. Segundo os

economistas das Nações Unidas (CEPAL), este tipo é peculiar aos países subdesenvolvidos.

Considerando a origem da espiral de preços, costuma-se classificar a inflação nos tipos:

— *Inflação de procura (Demand Pull)* — Quando provém do excesso da procura sobre a oferta de bens e serviços, em virtude de um decréscimo de produção e de taxa muito alta de incremento populacional. Situação que reinava no Brasil, de maneira mais aguda, nos anos de 1962 a 1965;

— *Inflação de custos (Cost Push)* — Quando se origina de um aumento autônomo de custos, ou seja, sem justificativa de acréscimo de procura. Sua causa mais corrente é uma exagerada elevação dos juros bancários (custo do dinheiro muito alto) e, por vezes, grande elevação dos salários.

Convém ressaltar que os tipos mencionados não são rígidos, pois a inflação em geral é um fenômeno muito complexo. Caberá aos economistas pesquisá-los as causas em profundidade, a fim de melhor formular um plano estratégico de combate, sistemático e eficiente.

4. CUSTO DE VIDA NO BRASIL

A elevação dos preços é um dos males que aflige o Brasil desde a sua independência. Ao longo de 83 anos, de 1829 a 1912, o custo de vida, baseado em uma "composição de bens" composta de 18 itens essenciais, cresceu, em média, 5,5% ao ano. De 1912 até a II Guerra Mundial, o ritmo de elevação dos preços foi moderado, em torno de 7% ao ano, exceto na fase mais aguda da Grande Depressão americana (1929 a 1933), com grandes reflexos na economia mundial, em que os preços declinaram. Entre 1941 a 1946, a aceleração dos preços foi, aproximadamente, de 15%. No período de 1951 a 1958 subiu para 20%. A partir de 1959, coincidindo com a realização de grandes obras e da construção de Brasília, além do agravamento da situação política do País, os preços sofreram rápida elevação: 23,8% em 1960, 43,2% em 1961, 55,3% em 1962 e 80,6% em 1963.

No primeiro trimestre de 1964, o surto inflacionário chegou a alcançar 25% e, dada sua taxa de aceleração, poderia ter atingido 140% até o fim daquele ano. Graças à política antiinflacionária, corajosa e eficientemente adotada pelos dois governos revolucionários, o processo de aceleração dos preços foi contido, seguindo-se uma gradual desaceleração na taxa inflacionária: 86,6% em 1964, 45,4% em 1965, 41,1% em 1966, 24,5% em 1967 e 24% em 1968.

Atualmente o custo de vida está sob rigoroso controle do Governo, que adota como política desinflacionária a gradualista, visando a

reduzir a elevação dos preços de maneira bem dosada, para não prejudicar o desenvolvimento do País, o que aconteceria se a política seguida fôsse a de redução drástica (de choque).

5. CAUSAS HISTÓRICAS DA INFLAÇÃO BRASILEIRA

Várias são as causas de inflação no Brasil, que podem ser apontadas. É um processo com raízes profundas no passado. Mas este não é um mal exclusivamente do Brasil. Podemos afirmar, sem medo de erro, ser um fenômeno econômico mais ou menos freqüente, na história de todos os povos.

Entre nós, a inflação tem origem na armadura colonial, ideológica e econômica, que o Império herdou da ex-Colônia portuguesa. Grandes foram as dificuldades iniciais que se propagaram no tempo. É muito conhecida a expressão que os oposicionistas lançavam ao Imperador: "O Império é o deficit". Efetivamente, poucos foram os saldos positivos dos orçamentos, naquela fase. De 1826, ano do primeiro orçamento votado, até 1888, só foram conseguidos encerrar com saldos, os seguintes exercícios: 1827, 1833-1834, 1834-1835, 1845-1846, 1846-1847, 1852-1853, 1856-1857 e 1888, isto é, somente oito exercícios apresentaram saldo positivo. Deste modo, em 38 exercícios financeiros, o País teve de recorrer aos empréstimos externos ou à emissão, ou a ambos, para contornar as dificuldades.

No início da República, uma política econômico-financeira deslumbrada com a prosperidade industrial americana procurou despertar iniciativas industriais mediante o crédito concedido largamente. Com esse fim, foram criados Bancos emissores e, graças a empréstimos muito fáceis, surgiram numerosas empresas, sem finalidade prática e sem base em valores reais. Só no ano de 1890, fundaram-se no Rio de Janeiro 316 Bancos e Companhias, com capital nominal de mais de um milhão e seiscentos mil contos de réis. Fortunas faziam-se e desfaziam-se de uma hora para outra, em desenfreada jogatina na Bôlsa, de que participavam tôdas as classes sociais, desde os empregados domésticos até o mais alto figurão político. Esse fenômeno conhecido por "encilhamento", denominação nascida da giria turfista, começou durante o Gabinete Ouro Preto e culminou com o Governo Provisório da República, quando Ruy Barbosa ocupava o Ministério da Fazenda. O último Ministério da Monarquia ocupava planos de auxílio à lavoura desorganizada pela abolição. Pretendia também regulamentar as emissões, que se encontravam entregues a Bancos particulares. Mas, o enriquecimento fictício, fundado em ações e títulos de valor oscilante, resultou em tremendo "crack", que subverteu as fortunas ilusórias, deixando o País, por longo tempo, em completo marasmo econômico.

Desde então, as sucessivas emissões de papel-moeda para cobrir "deficits" orçamentários têm sido uma constante na República. A

consequência imediata é a elevação dos preços, reduzindo assim o poder de compra da moeda a tal ponto que se tornou necessária a mudança do nosso dinheiro para uma unidade de maior valor. Foi o que aconteceu em 1942 com a instituição do cruzeiro (passando o mil réis a valer um cruzeiro) e em 1967, quando apareceu o cruzeiro novo (passando mil cruzeiros a valer um cruzeiro novo).

Nos últimos anos, o processo inflacionário agravou-se perigosamente. Contribuiu para isto, além do aumento progressivo dos "deficits" (de 0,7% do Produto Interno Bruto em 1953, passou para 5,1% em 1962 e 5,3% em 1963), o aparecimento de uma série de distorções, virtualmente incompatíveis com uma política monetária equilibrada. Entre elas, contavam-se:

- grandes subvenções para cobrir "deficits" das autarquias;
- reajustamentos salariais com fundo político;
- desorganização do mercado de crédito e de capital;
- artificialismo das taxas de juros;
- atrofia das operações a longo prazo;
- controle desordenado do sistema de preços;
- tendência a proliferação de subsídios e subvenções;
- irrealismo das taxas cambiais;
- desestímulo aos investimentos sociais, notadamente no campo habitacional;
- afastamento dos setores privados dos investimentos de longo prazo de maturação.

6. COMBATE À INFLOÇÃO

Nos países subdesenvolvidos, os "deficits" do orçamento público constituem, via de regra, a causa fundamental do surto inflacionário. Os esforços devem concentrar-se, conseqüentemente, na sua redução ou eliminação, através de uma política baseada na contenção de dispêndios inúteis ou adiáveis, na eliminação de obras de fachada, no combate a toda sorte de desperdícios, no aumento da eficiência da máquina administrativa e na adoção de um planejamento integrado, realisticamente elaborado.

Para debelar a inflação, as Escolas econômicas são mais ou menos unânimes em preconizar a equalização das taxas de crescimento dos fluxos monetários (meios de pagamentos) com o fluxo de bens e serviços (Produto Interno Bruto). Apenas eles discutem o modo de emprego dessas medidas:

- os "estruturalistas" acham que o combate à inflação nos seus aspectos monetários deve ser acompanhado de mudança na estrutura do país;
- os "gradualistas" dão preferência a uma medicação desinflacionária amena para que "o paciente não venha a morrer da cura";

— outros acham que a inflação deve ser debelada em curto prazo mediante um “tratamento de choque”, para sanear de pronto a economia e partir para a fase de desenvolvimento.

Mas ninguém se iluda; o combate a qualquer processo inflacionário é tarefa muito difícil, mesmo nas etapas iniciais, dado o grande número de variáveis do problema.

Além das dificuldades monetárias e dos desperdícios naturais inerentes ao processo, ainda restará anular os efeitos psicológicos. Apesar da evidência das medidas tomadas, durante algum tempo as pessoas acharão que os preços continuarão a subir. Por isso, constitui uma das tarefas mais importantes do Governo persuadir o povo de que os aumentos de preços chegaram ao fim ou se encontram em franca desaceleração. O que dificulta isto é a circunstância, até certo ponto contraditória, de ser preciso elevar os preços de alguns itens, como alimentos, transportes e serviços públicos, antes mantidos artificialmente baixos, para corrigir as distorções de preços no contexto da economia.

Numa segunda fase, todos os esforços mal encaminhados terão de ser devidamente corrigidos. O público deve ser convencido de que os preços ficarão sob controle, com vistas a desestimular a realização de compras adiáveis e, deste modo, reduzir a demanda. Se isto acontecer, quem armazenou mercadorias na presunção de auferir lucros pela maior procura, começa a perceber que é uma ilusão. Daí por diante trata de liquidar os estoques. Por outro lado, os produtores de artigos exportáveis, mas que os vendiam no mercado interno, sentindo dificuldades na sua colocação, passam a pensar no mercado exterior. Com natural motivação e interesse, tomam a iniciativa de pleitear, junto aos órgãos do Governo, medidas práticas para dinamizar as transações externas. Isto denota uma reversão de expectativa. Bem aproveitadas, essas transações começam a produzir bons resultados, com reflexos no equilíbrio do balanço de pagamentos, contribuindo para o restabelecimento da confiança exterior no País. (1)

Tôda luta antiinflacionária deverá, pelo menos, atacar as três frentes:

- reduzir as despesas governamentais para equilibrar o orçamento;
- disciplinar o crédito bancário, mantendo-o sob cerrado controle;
- estabelecer uma política salarial equilibrada, de modo a não permitir reajustamentos desproporcionais ao surto inflacionário.

(1) “Nossa perspectiva êste ano é de encerrarmos o balanço de pagamentos com um superavit de mais de 400 bilhões de dólares. E mais: nossas reservas brutas ultrapassaram hoje mais de 1 bilhão de dólares” (Palavras do Sr Ministro da Fazenda ao Jornal do Brasil de 7 Set 69).

As medidas desinflationárias são, sem dúvida, impopulares. Cabe aos bons governos tomar as providências mais aconselháveis sem visar as fáceis popularidades. Foi o que aconteceu a Campos Sales (1898-1902) ao adotar uma política de absoluta "austeridade financeira", posta em prática pelo seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, para arrancar o País da estagnação, motivada pelo "encilhamento".

7. LUTA ANTIINFLACIONÁRIA DA REVOLUÇÃO

Ao fim do primeiro trimestre de 1964, com a explosão do ritmo inflacionário, as distorções da economia do País haviam chegado a um ponto perigoso. Providências heróicas teriam de ser tomadas para evitar o caos econômico. Foi o que fez o primeiro Governo saído da Revolução de 31 de março daquele ano.

No triênio 1964/1966, os pontos básicos da política desinflationária tinham por meta a compressão dos "deficits" públicos, a contenção da massa monetária e a limitação dos reajustes salariais. Os resultados, embora inferiores aos que se esperavam, foram bem satisfatórios, pois conseguiu-se uma desaceleração no ritmo de aumento de preços, de 86,6%, em 1964, para 41,1% em 1966, além da elevação da taxa do Produto Interno Bruto de 1,6% em 1963, para 4,4% em 1966.

O segundo Governo revolucionário iniciou seu mandato em março de 1967, sob condições mais favoráveis, apesar de apresentar a economia sinais de estagnação. A característica principal da sua política foi seguir a anterior, isto é, continuar o combate à inflação, mas com o objetivo de promover também o desenvolvimento econômico acelerado e auto-sustentado. Com determinação e pertinácia, conseguiu reduzir a elevação dos preços, naquele ano, para 24,5% e, em 1968, para 24% (2). Melhores resultados foram conseguidos na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto: 5% em 1967 e 6,5% em 1968, aproximando-se esta última das mais altas obtidas em toda a história econômica do Brasil.

Hoje, a economia nacional está em franca expansão. As perspectivas para 1969 são bem animadoras, graças às providências governamentais ultimamente tomadas, possibilitadas pelos termos do Ato Institucional n.º 5, consistindo na incorporação à Caixa da União de uma parte dos recursos dos fundos de participação Estadual e Municipal, a redução em 10% das despesas com a dispensa de funcionários públicos ociosos e a nova disposição adotada para a execução orçamentária, tudo visando à redução do "deficit" público, de modo a ficar em torno dos NCr\$ 800 milhões, que representará

(2) Entre janeiro e agosto do corrente ano a alta acumulada do custo de vida no Estado da Guanabara foi de 14,7%, enquanto que em igual período do ano passado foi de 17,5% (Jornal do Brasil de 6 Set 69).

cêrca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). (3) Esse "deficit", em relação ao PIB, será mais de cinco vêzes menor do que o verificado em 1963, um ano antes da Revolução (4). A par dessas medidas, o Governo também está vivamente empenhado na redução do custo do dinheiro pela diminuição da taxa dos juros sôbre os empréstimos bancários, com vistas a estimular as atividades produtivas que necessitam de financiamentos para sua implantação, buscando assim, no dizer do Ministro Hélio Beltrão, "sócios do desenvolvimento em lugar de agiotas do desenvolvimento". Frutificadas tôdas estas providências, espera-se para o corrente ano uma taxa de crescimento superior à do ano passado, devendo situar-se em tórno de 7%, uma das mais elevadas do mundo atual.

8. CONCLUSÃO

A inflação, qualquer que seja, é um mal, porque não se conhece país que se tenha desenvolvido à custa de processo inflacionário. Se a inflação monetária propiciasse o desenvolvimento econômico, não haveria nação pobre no mundo. Sem dúvida, esta é uma afirmação axiomática, tendo-se em vista o direito que têm os governadores de emitir dinheiro.

Há quem pense que a inflação pode contribuir para o crescimento real de um país, por ser um mecanismo de poupança forçada, não obrigatoriamente à custa da redução do padrão de vida, mas através de uma distribuição do incremento do produto nacional, tomando dos consumidores em benefício dos investidores. Isto é, na verdade, um reflexo que pode ocorrer num setor, mas não na economia global, pois como disse Roberto Campos, a inflação também tende a desestimular os investimentos em itens de infra-estrutura caracterizados por preços rígidos, como energia, transporte e comunicações, deslocando a propensão a investir para os setores dotados de flexibilidade de preços e de rentabilidade imediata, além de gerar uma desproporção no desenvolvimento industrial, já que as indústrias de bens de capital, por necessitarem de longo período de manutenção, passam a ter rentabilidade relativamente menor do que as indústrias leves. O aparecimento de taxas negativas de juros é outro modo de ocasionar má locação de investimentos. Esses desequilíbrios induzidos pela inflação tendem a amortecer ou até mesmo sufocar a taxa de crescimento.

Mas a inflação não é o único mal de que pode sofrer uma economia. Graves são também a pobreza, a estagnação, o desemprego e

(3) Segundo o Senhor Ministro da Fazenda, o Governo não emitiu papel-moeda este ano, até o fim do mês de agosto (Jornal do Brasil de 7 Set 69).

(4) O Orçamento para 1970 prevê uma Despesa total de NCr\$ 17.650.000.000,00 e uma Receita total de NCr\$ 16.831.000.000,00, ficando um "Deficit" orçamentário de 820 milhões, que deverá representar cêrca de 0,75% do PIB (Orçamento para 1970 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral).

a má distribuição da renda nacional. Por isso, as medidas anti-inflacionárias adotadas não devem agravar os outros males da economia. Daí decorrem as maiores dificuldades aos economistas para formularem seus planos de combate à inflação, dentro do contexto da economia nacional.

No Brasil, a inflação tem sido crônica. Sua origem remonta ao período Imperial, através dos quase ininterruptos "deficits" orçamentários de uma estrutura de estilo colonial. Dado seu comportamento prolongado na economia do País, o povo parece que foi levado a se acostumar com ela. Entretanto, nas épocas em que esteve prestes a atingir a forma de inflação galopante ou hiperinflação, gerou crises econômicas, políticas e sociais, com tal gravidade, que exigiu providências corajosas para combatê-las. Isto nos robustece a crença de que é muito mais fácil entrar no processo inflacionário do que sair dele, porque, ninguém se iluda, todo remédio empregado contra a inflação é amargo.

Qualquer luta antiinflacionária também é impopular. Assim, os governos voltados para a demagogia política e cortejadores da simpatia do povo, o que fazem é agravar o processo, através de obras de fachada, visando a autopromoção.

Aos governantes, conscientes da sua missão de bem servir, cabe a responsabilidade de promover o bem-estar social da coletividade. Sobre eles recai o ônus da impopularidade, quando tomam medidas de longo alcance e de repercussões profundas, como é o caso de todo combate à inflação. Para tornar mais compreensíveis tais medidas, é imprescindível uma preparação psicológica do povo, através de divulgação de dados objetivos, de fácil entendimento. De acordo com a forma de combate, "gradualista" ou "de choque", os efeitos residuais inflacionários se prolongarão mais ou menos, afetando a retomada do desenvolvimento econômico.

No período de 1962 a março de 1964, estivemos prestes a sofrer os efeitos de uma inflação galopante. Para conter inicialmente e depois reverter o processo da elevação dos preços, foi preciso um esforço extraordinário, desencadeado pelos dois governos revolucionários. A curva representativa do custo de vida poderia ser traçada com os seguintes dados: 43,2% em 1961, 55,3% em 1962, 80,6% em 1963, 86,6% em 1964, 45,4% em 1965, 41,1% em 1966, 24,5% em 1967 e 24% em 1968. Outro dado auspicioso, é a retomada do crescimento da taxa do Produto Interno Bruto: 1,6% em 1963, 3,1% em 1964, 3,9% em 1965, 4,4% em 1966, 5,0% em 1967 e 6,5% em 1968. (5)

(5) Considerando a taxa anual do incremento populacional de 30%, o crescimento "per capita" foi de 1,4% em 1963, de 0,1% em 1964, de 0,9% em 1965, de 1,4% em 1966, de 2% em 1967 e de 3,5% em 1968.

Prevê-se para o corrente ano a redução da taxa inflacionária para 20%, com nova queda para 15% em 1970, chegando a 10% em 1971.

Hoje, graças à nova mentalidade governamental imperante no País, a taxa inflacionária está muito abaixo da média verificada nos últimos quinze anos e com tendência para declinar cada vez mais. O surto inflacionário residual encontra-se sob absoluto controle, não apenas como requisito a propiciar um processo auto-sustentável de desenvolvimento, como para a realização dos objetivos de progresso social. Não temos dúvida que a perdurar a ação firme e decidida do Governo, daqui por diante o espantinho da inflação perderá gradualmente sua fisionomia negativa na economia nacional, para nossa tranqüilidade interna, para a consolidação do nosso crédito externo e para um crescente desenvolvimento integrado da economia nacional, permitindo colocar nossa Pátria, em futuro não distante, entre as nações mais prósperas da Terra. É o que esperam todos os que, livres das influências perniciosas externas, trabalham por um BRASIL GRANDE.

BIBLIOGRAFIA

- Princípios de Economia Monetária — Prof. Eugênio Gudin
- Introdução à Economia Monetária — James S. Duesenberry
- A Moeda — Paul Hugon
- Análise Econômica — Keneth E. Boulding
- Caminhos do Desenvolvimento — Antonio Dias Leite
- A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil — Werner Baer
- O Que Devemos Conhecer da Economia Política e das Finanças — Luiz Souza Gomes
- Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais — EPEA
- Programa Estratégico de Desenvolvimento — 1968/1970 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
- Conjuntura Econômica — Retrospecto de 1967 — Fundação Getúlio Vargas
- Macroeconomia — Dernburg e McDougall.